

JUCESP
20 12 11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

ENTRE

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP,

E

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

09 DE DEZEMBRO DE 2011

JUCESP

20 12 11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 15ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM ATÉ DUAS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP, sociedade por ações de capital aberto com sede na Rua Costa Carvalho, nº 300, São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 43.776.517/0001-80, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora" ou "SABESP");

e, de outro lado

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com sede na Rua XV de Novembro, nº 270, conjunto 601, Centro, Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 82.016.270/0001-55, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme abaixo definido) da presente emissão ("Debenturistas"), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

vêm, por meio desta, firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP ("Escritura"), nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 08 de dezembro de 2011 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA II REQUISITOS

A 15ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até duas séries pela Emissora ("Emissão"), e a distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), das Debêntures ("Oferta") serão realizadas com observância dos seguintes requisitos:

JUCESP
20 10 11

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.1. A Emissão será realizada nos termos da Instrução CVM 476, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição pública de que trata o artigo 19, *caput*, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.

2.1.2. A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de colocação, estando automaticamente dispensada do registro, nos termos do artigo 25, §1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBIMA").

2.2. Arquivamento e Publicação da Ata de RCA

2.2.1. A ata da RCA que deliberou sobre a Emissão foi protocolada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e será publicada no: (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP"); e (ii) no jornal "Folha de São Paulo", nos termos do artigo 62, inciso I, e do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Inscrição e Registro desta Escritura

2.3.1. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos ("Aditamentos") serão registrados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, Inciso II e §3º, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo o primeiro aditamento à presente Escritura, que deliberará, dentre outros assuntos, sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Emissão conforme descrito na Cláusula 3.8 desta Escritura, e sobre o cancelamento das Debêntures em regime de melhores esforços que não forem colocadas, caso aplicável.

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e para (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 2.4.2 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito na Cláusula 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definido abaixo) depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de subscrição ou aquisição por Investidor Qualificado, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

JUCESP

20 12 11

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 2º do Estatuto Social da Emissora, a Emissora tem por objeto social a prestação de serviços de saneamento básico com vistas à sua universalização no Estado de São Paulo, sem prejuízo da sustentabilidade financeira no longo prazo compreendendo as atividades de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de outras que lhes sejam correlatas, inclusive o planejamento, operação e manutenção de sistemas de produção, armazenamento, conservação e comercialização de energia, para si ou para terceiros e comercialização de serviços, produtos, benefícios e direitos que direta ou indiretamente decorrem de seus ativos patrimoniais, empreendimentos e atividades, podendo ainda atuar subsidiariamente em qualquer parte do território nacional ou no exterior na prestação dos mesmos serviços.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura constitui a 15ª emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de até R\$850.000.000,00 (oitocentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

3.4. Número de Série

3.4.1. A Emissão será realizada em até duas séries, sendo as debêntures da primeira série denominadas "Debêntures da 1ª Série", as debêntures da segunda série denominadas "Debêntures da 2ª Série", e as Debêntures da 1ª Série conjuntamente com as Debêntures da 2ª Série denominadas "Debêntures".

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição.

3.5.1. As Debêntures da 1ª Série serão objeto de distribuição sob regime de garantia firme de colocação até o limite de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) e as Debêntures da 2ª Série serão objeto de distribuição sob regime de melhores esforços, tudo com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e do BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("BESI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores"), nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até duas Séries, da Espécie Quirografária, da 15ª Emissão da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP", a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição").

3.5.2. O plano de distribuição da Oferta seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar até, no máximo, 50

JUCESP

28 12 11

(cinquenta) Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

3.5.2.1. O público alvo da Oferta serão Investidores Qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

3.5.2.2. Nos termos da Instrução CVM 476: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso "iv" do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever, no âmbito da Oferta, o montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.5.2.3. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez; serão atendidos os clientes Investidores Qualificados dos Coordenadores que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação dos Coordenadores com esses clientes, bem como outros Investidores Qualificados, mesmo que não sejam clientes dos Coordenadores, podendo ser levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora.

3.5.2.4. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora e não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos investidores interessados em adquirir as Debêntures.

3.6. Banco Mandatário e Escriturador

3.6.1. O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário e o escriturador das Debêntures ("Banco Mandatário" e "Escriturador").

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos provenientes da captação por meio da Emissão das Debêntures serão destinados à liquidação de compromissos financeiros vincendos até 31 de dezembro de 2012.

3.8. Procedimento de *Bookbuilding*

3.8.1. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido e organizado pelos Coordenadores ("Procedimento de *Bookbuilding*"), sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição, com a Emissora, da emissão, da quantidade de Debêntures a serem emitidas em até duas séries, observado o disposto na Cláusula 4.1.6 abaixo, e da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo). Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, conforme a Cláusula 3.5.2 acima.

3.8.2. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de Aditamento a esta Escritura.

JUCESP
201211

3.9. Garantia

3.9.1. As Debêntures não contarão com qualquer garantia.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão.** Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 15 de fevereiro de 2012 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Forma e Conversibilidade.** As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, simples e não conversíveis em ações da Emissora, sem emissão de certificados.

4.1.3. **Espécie.** As Debêntures serão da espécie quirográfica.

4.1.4. **Data de Vencimento.** As Debêntures da 1ª Série terão seu vencimento em 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, 15 de fevereiro de 2017 ("Data de Vencimento da 1ª Série"). As Debêntures da 2ª Série terão seu vencimento em 7 (sete) anos, contados da Data de Emissão, ou seja, 15 de fevereiro de 2019 ("Data de Vencimento da 2ª Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da 1ª Série, "Data de Vencimento". Ressalvadas as hipóteses de amortização parcial extraordinária facultativa, resgate antecipado facultativo total, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas 6.2, 6.3, 6.4 e 7 abaixo, respectivamente, a Emissora obriga-se a realizar o pagamento das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido) pelo respectivo saldo devedor de seu Valor Nominal Unitário atualizado, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração das Debêntures (conforme descrito na Cláusula 4.3 abaixo) e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.5.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série") não será objeto de atualização ou correção por qualquer índice, sendo remunerado na forma prevista na Cláusula 4.3.1 abaixo.

4.1.5.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série") será atualizado, a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ("IPCA"), apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série"), sendo o produto da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, conforme o caso, segundo a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

JUL 2011

VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série atualizado, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNE = Valor Nominal Unitário da emissão ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, informado / calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

Onde:

n = número total de índices considerados na atualização das Debêntures da 2ª Série, sendo n um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da 2ª Série. Após a data de aniversário, valor do número-índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";

dup = número de dias úteis entre a última data de aniversário das Debêntures da 2ª Série e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro;

dut = número de dias úteis contidos entre a última e próxima data de aniversário das Debêntures da 2ª Série, sendo "dut" um número inteiro.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 (quinze) de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente. Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivos.

Os fatores resultantes das expressões [NI(k) / NI(k-1)] são considerados com 8 casas decimais, sem arredondamento.

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

JUN 2011

4.1.5.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação do IPCA por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.1.5.3, convocar Assembleia Geral dos Debenturistas ("AGD") da 2ª Série, na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura, para deliberar, em comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação do novo parâmetro de atualização, o último IPCA divulgado será utilizado para o cálculo das obrigações relativas às Debêntures da 2ª Série previstas nesta Escritura, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 2ª Série quando da deliberação do novo parâmetro de atualização para as Debêntures da 2ª Série.

4.1.5.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD da 2ª Série, a referida AGD da 2ª Série não será mais realizada, e o IPCA divulgado voltará a ser utilizado para o cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série.

4.1.5.5. Caso não haja acordo sobre o novo índice para Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série entre a Emissora e os titulares das Debêntures da 2ª Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da 2ª Série em Circulação (conforme definido abaixo), a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da 2ª Série em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD da 2ª Série ou na Data de Vencimento da 2ª Série, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série devidamente atualizado e acrescido da Remuneração da 2ª Série (conforme abaixo definido) devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração da 2ª Série, conforme o caso.

4.1.5.6. Caso a taxa de remuneração substituta referida no item 4.1.5.3 acima seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a mesma base utilizada pelo IPCA.

4.1.6. **Quantidade de Debêntures.** Serão emitidas até 85.000 (oitenta e cinco mil) Debêntures, em até duas séries. A quantidade total de Debêntures a serem emitidas, sendo o montante mínimo de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais), ou seja, 60.000 (sessenta mil) Debêntures, e a alocação das Debêntures entre as séries será definida após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes ("Sistema de Vasos Comunicantes"), sendo certo que a quantidade de Debêntures de uma das séries, apurada de acordo com o interesse dos Investidores Qualificados no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, deverá ser abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definindo, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série. Ressalva-se, ademais, que a 2ª Série poderá não ser emitida, a critério da Emissora, exclusivamente na hipótese de a demanda total pelas Debêntures da 1ª Série ser superior ao montante mínimo de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) acima referido.

4.1.6.1. A presente Escritura deverá ser aditada a fim de refletir a quantidade de Debêntures alocadas em cada série. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde já autorizados e obrigados a

JUL 29
2012 11

celebrar tal aditamento, sem necessidade de aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

4.2. Amortização

4.2.1. Ressalvadas as hipóteses de amortização parcial extraordinária facultativa, resgate antecipado facultativo total, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas 6.2, 6.3, 6.4 e 7 abaixo, a amortização das Debêntures da 1ª Série será realizada em 3 (três) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de fevereiro de 2015 e a última com vencimento em 15 de fevereiro de 2017, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização das Debêntures da 1ª Série	Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15 de fevereiro de 2015	33,0000%
15 de fevereiro de 2016	33,0000%
15 de fevereiro de 2017	Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série

4.2.2. Ressalvadas as hipóteses de amortização parcial extraordinária facultativa, resgate antecipado facultativo total, oferta facultativa de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado, conforme previstas nas Cláusulas 6.2, 6.3, 6.4 e 7 abaixo, a amortização das Debêntures da 2ª Série será realizada em 2 (duas) parcelas anuais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de fevereiro de 2018 e a última com vencimento em 15 de fevereiro de 2019, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização das Debêntures da 2ª Série	Definição da fração do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
15 de fevereiro de 2018	50,0000%
15 de fevereiro de 2019	Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série

4.3. Remuneração

4.3.1. As Debêntures da 1ª Série farão jus a uma remuneração a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, correspondente a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página da Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um *spread* máximo de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, a partir da Data de Emissão ("Remuneração da 1ª Série"). A Remuneração da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento de Remuneração da 1ª Série, conforme o caso, e paga ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.3.5 abaixo.

JUCESP
20 12 11

O cálculo da Remuneração da 1ª Série obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

J = valor da Remuneração da 1ª Série devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

seguinte forma:

onde:

n = número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

k = 1, 2, ..., n;

DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

JUN 29
20 12 11

spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

DP = É o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(FatorDI \times FatorSpread)$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.3.2. Observado o disposto na Cláusula 4.3.3 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.3.3. Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto, se houver. No caso de não haver substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.3.3, convocar AGD da 1ª Série para deliberar, de comum acordo com a Emissora, e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da 1ª Série ("Remuneração Substitutiva da 1ª Série"). Até o momento da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures da 1ª Série, quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada para apuração de " TDI_k ", a última Taxa DI divulgada oficialmente. Caso os Debenturistas reunidos em AGD, representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação da 1ª Série (conforme definido abaixo), não aprovem a Remuneração Substitutiva da 1ª Série proposta pela Emissora, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação da 1ª Série, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva AGD, pelo seu Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculado *pro rata temporis* desde

JUCESP

28 12 11

a Data de Emissão, inclusive, ou desde o último pagamento da Remuneração da 1ª Série, até a data do efetivo resgate. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da 1ª Série aplicável às Debêntures da 1ª Série a serem resgatadas, serão utilizadas as fórmulas definidas nesta Cláusula, aplicando-se na apuração de TDI_k , o valor da última Taxa DI divulgada, exclusive.

4.3.4. Observadas as disposições dos itens 4.1.5.2 a 4.1.5.6 desta Escritura, as Debêntures da 2ª Série farão jus a uma remuneração que inclui a atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação do IPCA e juros remuneratórios a serem definidos de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, com taxa máxima equivalente a 1,30% (um inteiros e trinta centésimo por cento) ao ano, base 252 dias úteis, acima da média aritmética das taxas anuais indicativas divulgadas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, para as Notas do Tesouro Nacional, série B ("NTN-B"), com vencimentos em 15 de maio de 2017, média aritmética essa a ser apurada nos 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores à realização do Procedimento de *Bookbuilding*, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, atualizado conforme a Clausula 4.1.5.2 acima, calculados por dias úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.3.5, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis ("Remuneração da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração da 1ª Série, "Remuneração das Debêntures").

O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde:

J = valor dos juros remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

Vna = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = Fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;

n = é o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

JUCESP
20 12 11

DT = é o número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.3.5. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização":

4.3.5.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração da 1ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração da 1ª Série, exclusive.

4.3.5.2. Para as Debêntures da 2ª Série, como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da respectiva Remuneração da 2ª Série imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da respectiva Remuneração da 2ª Série, exclusive.

4.3.6. Define-se "Saldo do Valor Nominal Unitário":

4.3.6.1. Para as Debêntures da 1ª Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações.

4.3.6.2. Para as Debêntures da 2ª Série, como o Valor Nominal Unitário remanescente após amortizações, acrescido da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série a cada período de amortização.

4.3.7. Para efeito desta Escritura e convocação da AGD, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

4.4. Pagamento da Remuneração

4.4.1. O pagamento da Remuneração da 1ª Série será feito semestralmente e o pagamento da Remuneração da 2ª Série será feito anualmente, conforme tabela a seguir:

JUL 29

20 12 11

	Datas de Pagamento da Remuneração da 1ª Série	Datas de Pagamento da Remuneração da 2ª Série
1ª	15 de agosto de 2012	15 de fevereiro de 2013
2ª	15 de fevereiro de 2013	15 de fevereiro de 2014
3ª	15 de agosto de 2013	15 de fevereiro de 2015
4ª	15 de fevereiro de 2014	15 de fevereiro de 2016
5ª	15 de agosto de 2014	15 de fevereiro de 2017
6ª	15 de fevereiro de 2015	15 de fevereiro de 2018
7ª	15 de agosto de 2015	15 de fevereiro de 2019
8ª	15 de fevereiro de 2016	-
9ª	15 de agosto de 2016	-
10ª	15 de fevereiro de 2017	-

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado e/ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora calculados desde a data de inadimplemento, até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios").

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.6 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

DOESP
20 12 11

4.9. Preço de Subscrição e Integralização

4.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, da seguinte forma: (i) as Debêntures da 1ª Série pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração da 1ª Série; e (ii) as Debêntures da 2ª Série pelo Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série, acrescido da Remuneração da 2ª Série e da Atualização Monetária das Debêntures da 2ª Série. Em ambos os casos a Remuneração será incidente da Data de Emissão até a data da efetiva integralização, utilizando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.3 desta Escritura.

4.9.2. A integralização será realizada à vista, em moeda corrente nacional, por meio do SDT, a partir da data de início de distribuição.

4.10. Repactuação

4.10.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

4.11.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados no DOESP e no jornal "Valor Econômico", ou aquele que vier a ser contratado em seu lugar pela Emissora, mediante notificação prévia ao Agente Fiduciário, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (www.sabesp.com.br).

4.12. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.12.1. A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando as debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.13. Imunidade de Debenturistas

4.13.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes das datas previstas de pagamento das Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor. Caso a documentação comprobatória da imunidade de que trata esta Cláusula não seja suficiente para comprová-la, o pagamento será realizado com o desconto da alíquota dos tributos incidentes.

JUCESP
20 12 11

CLÁUSULA V
ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer Aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados entre a Emissora e o Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI
AQUISIÇÃO FACULTATIVA, AMORTIZAÇÃO PARCIAL EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA, RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL E OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO

6.1. Aquisição Facultativa

6.1.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser: (i) canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer na tesouraria da Emissora; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.

6.2. Amortização Parcial Extraordinária Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá realizar, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e semestralmente, no primeiro dia útil após o término de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, até a Data de Vencimento da 1ª Série, mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração, a amortização extraordinária do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ("Amortização Extraordinária da 1ª Série").

6.2.2. A Amortização Extraordinária da 1ª Série deverá ser precedida de notificação por escrito ao Agente Fiduciário e à CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias à realização do pagamento da Amortização Extraordinária da 1ª Série ("Notificação da Amortização Extraordinária da 1ª Série") e limitada a até 90% (noventa por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série. A Emissora deverá comunicar a CETIP, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Amortização Extraordinária da 1ª Série com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento da Amortização Extraordinária da 1ª Série.

6.2.3. O valor da amortização devida pela Emissora será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser amortizado acrescido da Remuneração da 1ª Série e demais encargos devidos e não pagos até a data de Amortização Extraordinária da 1ª Série ("Valor da Amortização Extraordinária da 1ª Série").

6.2.4. A Notificação da Amortização Extraordinária da 1ª Série deverá conter: (i) a data para o pagamento da Amortização Extraordinária da 1ª Série; e (ii) o percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração da 1ª Série e demais encargos devidos e não pagos até a data para o pagamento da Amortização Extraordinária da 1ª Série. Ao Valor da Amortização Extraordinária da 1ª Série será acrescido um prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o

2011

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U$$

P.U.= Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série ou desde a Data de Emissão, o que ocorreu por último, até a data do resgate antecipado.

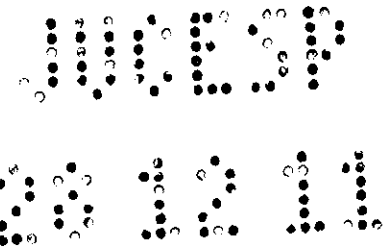
6.2.6. Não haverá amortização extraordinária das Debêntures da 2ª Série.

6.3.1. O resgate antecipado facultativo total das Debêntures da 1ª Série poderá ocorrer a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, inclusive, e semestralmente, no primeiro dia útil após o término de cada Período de Capitalização das Debêntures da 1ª Série, até a Data de Vencimento da 1ª Série, mediante deliberação em reunião de Conselho de Administração ("Resgate Antecipado da 1ª Série"). O Resgate Antecipado da 1ª Série ocorrerá mediante o pagamento do Saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série acrescido de: (i) Remuneração da 1ª Série, calculada desde a Data de Emissão, ou da última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, até a data do efetivo resgate; e (ii) um prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) incidente sobre o Saldo do Valor Nominal das Debêntures da 1ª Série, conforme fórmula abaixo.

$$\text{Prêmio} = \frac{P \times (DU)}{252} \times P.U$$

P.U = Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido da Remuneração da 1ª Série, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série ou desde a Data de Emissão, o que ocorreu por último, até a data do resgate antecipado.

6.3.1.1. Ainda, o Resgate Antecipado da 1ª Série ocorrerá mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas da 1ª Série a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Comunicação de Resgate da 1ª Série"), bem como deverá ser precedida de



notificação por escrito ao Agente Fiduciário e à CETIP, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do efetivo Resgate Antecipado da 1ª Série.

6.3.1.2. Na Comunicação de Resgate da 1ª Série deverá constar: (i) a data do Resgate Antecipado da 1ª Série; (ii) o local de realização; (iii) procedimento de resgate; (iv) valor correspondente ao pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série, acrescido: (a) da Remuneração das Debêntures da 1ª Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração da 1ª Série, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de reembolso a ser calculado de acordo com a Cláusula 6.3.1 acima.

6.3.2. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da 2ª Série.

6.3.3. Para as Debêntures da 1ª Série registradas no SND, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos da CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização. A CETIP deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

6.3.4. As Debêntures da 1ª Série resgatadas nos termos previstos nesta Cláusula deverão ser canceladas pela Emissora.

6.4. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

6.4.1. A Emissora poderá, até o 24º mês, exclusive, após a Data de Emissão, a seu exclusivo critério, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração, realizar oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures de qualquer série, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurada a todos os Debenturistas, em igualdade de condições, a aceitação do respectivo resgate ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"). A Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizada da seguinte forma:

6.4.2. A Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de publicação de anúncio a ser amplamente divulgado nos termos da Cláusula 4.11 desta Escritura ("Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo: (i) série(s) a ser(em) resgatada(s); (ii) se o resgate abrangerá a totalidade das Debêntures da 1ª e/ou 2ª Séries, ou se será parcial e, neste caso, deverá estar descrito no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado o procedimento para a aquisição parcial (sorteio, atendimento em ordem cronológica ou rateio); (iii) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (iv) a data efetiva para o resgate das Debêntures e pagamento aos Debenturistas; e (v) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas, assim como para a operacionalização do resgate. Caso aconteça o resgate parcial acima citado, o mesmo deverá ser realizado: (a) para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implantar outra funcionalidade para operacionalizar

JUL 29

20 12 11

o resgate parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade; ou (b) por meio do Banco Mandatário, no caso de o Debenturista não estar vinculado à CETIP.

6.4.3. Após a publicação dos termos da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à referida oferta terão que se manifestar, conforme prazo e procedimento disposto no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Ao final deste prazo, a Emissora terá 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures serão liquidadas em uma única data.

6.4.4. A Emissora poderá condicionar o Resgate Antecipado à aceitação deste por parcela mínima de Debêntures em Circulação, a ser por ela definida quando da realização da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado. Tais percentuais deverão estar estipulados no Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado.

6.4.5. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Saldo do Valor Nominal Unitário das respectivas Debêntures, acrescido: (i) da Remuneração das Debêntures devida e ainda não paga até a data de resgate antecipado, calculada nos termos da Cláusula 4.3 desta Escritura; (ii) atualização, se houver; e (iii) de eventual prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora.

6.4.6. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.

6.4.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Sujeito ao disposto nas Cláusulas 7.2 e 7.3 e subcláusulas abaixo, o Agente Fiduciário, mediante prévio aviso à Emissora, deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir de imediato o pagamento da totalidade do saldo devedor em aberto, apurado na forma da lei e calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração das Debêntures, até a data do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses ("Evento de Inadimplemento"):

- a) (i) decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência pela Emissora; (iii) pedido de falência da Emissora formulado por terceiros e não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, ou eventos análogos, tais como, intervenção e/ou liquidação extrajudicial, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, a Remuneração e o pagamento do Valor Nominal Unitário, nas respectivas datas de vencimento, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura;

JUL 2019

20 12 11

- c) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações a serem prestadas pela Emissora nesta Escritura;
- d) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- e) caso o Estado de São Paulo deixe de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto do capital da Emissora;
- f) descumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Instrução CVM 476;
- g) extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- h) protesto legítimo de títulos ou pedidos reiterados de falência contra a Emissora, cujo valor global reclamado ultrapasse a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão, salvo se o protesto ou o pedido de falência tiver sido efetuado por erro ou má fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas a partir da data em que tomar conhecimento a esse respeito;
- i) alienações de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, durante a vigência desta Escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora;
- j) fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada pelos titulares de 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação em AGD especialmente convocada para esse fim, observados os procedimentos de convocação previstos nesta Escritura, exceto na hipótese da Emissora demonstrar ao Agente Fiduciário, anteriormente à efetivação da Reorganização que, uma vez concluída a Reorganização, serão atendidos cumulativamente os seguintes requisitos: (i) o patrimônio líquido da Emissora e/ou de sua sucessora, não será inferior ao patrimônio líquido da Emissora antes da Reorganização, admitida uma variação de até 10% (dez por cento); (ii) a Emissora não violará os Índices Financeiros estabelecidos na alínea "o" a seguir; e (iii) a receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora não sofrerá uma redução superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação à receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora e/ou de sua sucessora, conforme apurado com base em demonstração financeira da Emissora pró-forma que reflita os

JUCISA

201211

efeitos da Reorganização, preparada exclusivamente para esse fim, com base nos 12 (doze) meses anteriores ao encerramento do último trimestre (relativamente ao qual tenham sido elaboradas informações financeiras obrigatórias), ficando ajustado que os requisitos indicados nos itens (i) a (iii) desta alínea são exclusivamente destinados à avaliação, pelo Agente Fiduciário, da Reorganização, e não vinculam a livre deliberação das AGDs aqui previstas;

- k) pagamento de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, e/ou juros sobre capital próprio caso a Emissora esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- l) inadimplemento, pela Emissora, de toda e qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado no prazo de cura específico atribuído em quaisquer dos documentos da Emissão, em não havendo prazo de cura específico, não sanado no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados (i) do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário; ou (ii) da data em que tomar ciência da ocorrência de um Evento de Inadimplemento;
- m) caso a Emissora deixe de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM;
- n) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Oferta na forma descrita na Cláusula 3.7;
- o) não manutenção, pela Emissora, dos seguintes índices financeiros apurados trimestralmente, sempre quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais da Emissora ("Índices Financeiros"). A falta de cumprimento pela Emissora somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais obrigatórias por, no mínimo, 2 (dois) trimestres consecutivos ou, ainda, por 2 (dois) trimestres não consecutivos dentro de um período de 12 (doze) meses, não se aplicando a esta hipótese o período de cura de 30 (trinta) dias acima mencionado):
 - (i) o índice obtido pela divisão da Dívida Total (conforme definido abaixo) pelo EBITDA ser menor ou igual a 3,65; e
 - (ii) o índice obtido pela divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras (conforme definido abaixo) ser igual ou superior a 1,5;

onde:

- (1) "Dívida Total": em qualquer data de apuração, significa o total de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, deduzidos os juros acumulados e encargos financeiros;
- (2) "EBITDA": em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório do: (I) Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro; (II) das Despesas de Depreciação e Amortização ocorridas no período; (III) das

JUL 2011

20 12 11

Despesas Financeiras deduzidas das Receitas Financeiras; e (IV) de Outras Despesas e Receitas Operacionais; e

(3) "Despesas Financeiras": em relação aos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração do índice, o somatório dos pagamentos de juros e despesas financeiras incorridas sobre o endividamento financeiro, não devendo ser consideradas para esse fim as despesas da variação cambial (diferença de moedas); e

p) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, em montante igual ou superior a R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), corrigidos pela variação do IPCA a partir da Data de Emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (d), e (n) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, desde que respeitados os prazos estabelecidos em cada uma das alíneas da Cláusula 7.1, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora.

7.3. Na ocorrência dos demais eventos previstos na Cláusula 7.1 acima (que não sejam os eventos previstos na Cláusula 7.2 acima), deverá ser convocada, em até 48 (quarenta e oito) horas contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo. A AGD poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma da Cláusula 10.1 abaixo.

7.3.1. Na AGD de que trata esta Cláusula 7.3, os Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação conforme definido na Cláusula 4.3.4 acima, poderão optar por deliberar pela não decretação do vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado.

7.3.2. Na hipótese: (i) de não instalação da AGD mencionada na Cláusula 7.3 por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.3.1 acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos indicados na Cláusula 7.1 acima mediante comunicação à Emissora nesse sentido.

7.4. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração (e, no caso da Cláusula 7.1 acima, alíneas "a" e "b", dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da comunicação feita pelo Agente Fiduciário à Emissora acerca da

JUL 30

20 12 11

declaração do vencimento antecipado, nos termos desta Cláusula VII, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

7.5. No caso de pagamento decorrente do vencimento antecipado, a CETIP deverá ser notificada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1.* Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e no Contrato de Distribuição, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora assume as obrigações a seguir mencionadas em rol não exaustivo:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (a) após o término do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, e (ii) declaração do Diretor de Relações com Investidores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura;
 - (b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, ou 3 (três) dias úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre (ITR); e (ii) memória de cálculo e demais informações necessárias para o acompanhamento dos índices financeiros, conforme previsto na Cláusula 7.1, "o", supra;
 - (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário; e
 - (e) notificar o Agente Fiduciário imediatamente após tomar conhecimento sobre a ocorrência de quaisquer descumprimentos de obrigações que impliquem vencimento antecipado das obrigações desta Escritura, conforme previsto na Cláusula 7.1 acima;
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos da Cláusula 10.1 desta Escritura, Assembleias Gerais de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;

III 0239

20 12 11

- (v) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (vi) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
- (vii) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (viii) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (ix) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 480/09;
- (x) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (xi) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (xii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos prevista na Cláusula 3.8 acima;
- (xiii) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de saneamento básico;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou esta Escritura;
- (xv) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ou aprovações relevantes necessárias ao regular funcionamento da Emissora e à regular prática de suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças ou aprovações cuja perda, revogação, cancelamento ou não obtenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (xvi) obter, se for o caso, e manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

1000

- (xvii) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xviii) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (xix) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário e Escriturador e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP);
- (xx) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.7 acima;
- (xxi) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição, instância ou esfera na qual realize negócios ou possua ativos; e
- (xxii) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco para obtenção de *rating*, que divulgue relatórios com periodicidade pelo menos anual, bem como assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os respectivos relatórios de classificação de risco, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após sua elaboração e comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures.

CLÁUSULA IX
AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e alterações posteriores ("Instrução CVM 28"), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;

JUCESP

20 12 11

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.4. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (i) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (ii) deverá ser objeto de Aditamento, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Neste último caso, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de Aditamento.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela AGD (abaixo definido).

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (c) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, de acordo com a Cláusula 9.2.1, "I";
- (f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles

JUCESP

20 12 11

existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, AGDs, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.11.1, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (l) comparecer às AGDs a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - m.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - m.5) resgate e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - m.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos nos itens da Cláusula 7.1 acima; e

JUCESP

28 12 11

m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

- (n) disponibilizar o relatório de que trata a alínea (m) acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

n.1) na sede da Emissora;

n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado; e

n.3) na CVM.

- (o) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.11.1, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere a alínea (m) acima se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea (n) acima;

- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e Escriturador e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto nesta alínea, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e Escriturador e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, de acordo com os termos desta Escritura, da lei ou regulamentação aplicável, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;

- (q) coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura;

- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, acerca do inadimplemento da Emissora de quaisquer obrigações assumidas na presente Escritura, no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento de tal inadimplemento;

- (t) acompanhar a ocorrência dos eventos previstos na Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

- (u) manter atualizado o cálculo da Remuneração das Debêntures e divulgá-lo aos Debenturistas, através de seu site www.cdinvest.com.br, ou à CETIP sempre que solicitado; e

- (v) verificar trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos na Escritura, com base nas informações fornecidas pela Emissora conforme Cláusula 8.1 (i), acima e informar imediatamente aos Debenturistas sobre eventual descumprimento dos referidos índices.

JUCESP
28 12 11

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios; e
- b) requerer a falência da Emissora;
- c) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1 e 7.3 e suas subcláusulas acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1, se, convocada a AGD, esta ratificar a decisão do Agente Fiduciário por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei, desta Escritura e do Termo de Contrato CSS nº 43.297/11, a remuneração correspondente a parcelas trimestrais de R\$3.580,00 (três mil, quinhentos e oitenta reais). Os pagamentos devidos serão feitos no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada trimestre de prestação dos serviços, contados a partir da Data de Emissão das Debêntures.

9.6.2. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1 acima compreende os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios, despesas indiretas e demais despesas, a qualquer título.

9.6.3. As parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela FIPE ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01 de novembro de 2011.

9.6.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto

MOESP

201211

representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.6.5. A remuneração prevista na Cláusula 9.6.1. acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora.

9.6.6. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário, de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que previamente autorizadas pela Emissora.

9.7.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3. As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos, convocações e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e
- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma da Cláusula 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

1959

10.1. Convocação

10.1.2. A convocação das AGDs se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.2. Quorum de Instalação

10.3. Mesa Directora

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.4.1 acima:

- 32

32

JUCESP
201211

10.4.3. As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.4 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é sociedade de economia mista devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à celebração desta Escritura, à emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações previstas nesta Escritura, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) as pessoas que as representam na assinatura da Escritura e do Contrato de Distribuição (os "Documentos da Oferta") têm poderes bastantes para tanto;
- (d) os Documentos da Oferta constituem obrigações legais, válidas, eficazes e vinculantes, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (e) a celebração dos Documentos da Oferta e o cumprimento de suas respectivas obrigações não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (f) a celebração dos Documentos da Oferta e a Emissão e a Oferta (i) não infringem (1) seu estatuto social; (2) disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte; (3) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora; e (ii) não resultarão em (1) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (2) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (3) na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora;
- (g) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas observado que, algumas das licenças e autorizações ambientais ainda estão em processo de obtenção pela Emissora, que já tomou todas as providências necessárias a sua consecução, e, ainda, exceto (i) no que se referir a licenças cuja não manutenção não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; ou (ii) conforme descrito em seu formulário de referência, elaborado nos termos da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Formulário de Referência");

JUCESP
20 12 11

- (h) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (i) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura e demais normais aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (j) exceto com relação às contingências informadas no Formulário de Referência, não há ações judiciais, processos, arbitragem, de qualquer natureza, incluindo sem limitação, cíveis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias contra a Emissora, que, de acordo com o melhor conhecimento da Emissora razoavelmente poderia, individual ou conjuntamente, ocasionar um efeito adverso relevante na Companhia;
- (k) a Emissora não omitiu dos Coordenadores nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa razoavelmente resultar em efeito adverso relevante; e
- (l) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam dos Documentos da Oferta, são, na data de assinatura desta Escritura, verdadeiras, corretas e consistentes.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Rua Costa Carvalho, nº 300

CEP 05429-900 - São Paulo - SP

At.: Sr. Mário Azevedo de Arruda Sampaio

Tel: (11) 3388-8664

Fax: (11) 3388-8669

E-mail: maasampaio@sabesp.com.br

Para o Agente Fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A

Rua XV de Novembro, nº 270, conjunto 601, Centro

CEP 80020-310 - Curitiba - PR

At: Sr. Rogério Montefusco A. Pessoa

Tel: (41) 3014-1406

Fax: (41) 3014-1400

E-mail: rogerio@cdinvest.com.br

JUN 29
20 12 11

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707 – 7ª andar

CEP 04309-010 - São Paulo – SP

At.: Sra. Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1910

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 1º andar

CEP 01452-001 - São Paulo – SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Despesas

12.3.1. Todas e quaisquer despesas incorridas com a Emissão e a Oferta ou com a execução de valores devidos nos termos desta Escritura, incluindo publicações, inscrições, registros, averbações, contratação do Agente Fiduciário e dos prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e serão reembolsadas nos termos da Cláusula 9.7 desta Escritura.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.4.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que,

JUCESP

28 12 11

independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Disposições Gerais

12.5.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.5.2. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.6. Lei Aplicável

12.6.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil

12.7. Foro

12.7.1. Fica eleito o foro Comarca da Capital do Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

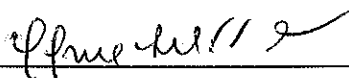
São Paulo, 09 de dezembro de 2011.

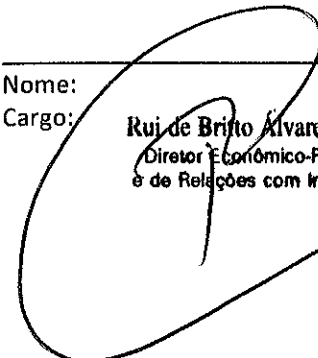
JUCESP

28 12 11

Página de assinaturas 1/3 do Instrumento Particular de Escritura da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - SABESP


Nome: **Dilma Pena**
Cargo: **Diretora Presidente**

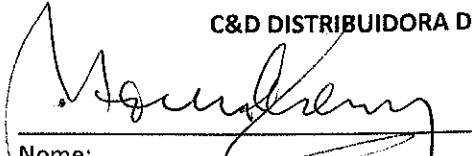

Nome: **Rui de Brito Alvares Affonso**
Cargo: **Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores**

SABESP

201211

Página de assinaturas 2/3 do Instrumento Particular de Escritura da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

C&D DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A


Nome: _____
Cargo: **ANTONIO PEIXOTO CHEREM**
Diretor Geral

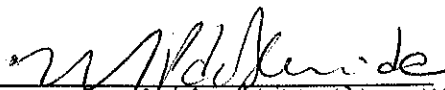
Nome: _____
Cargo: _____

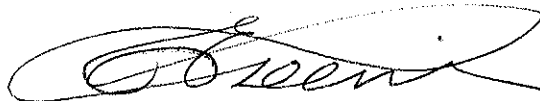
JUCESP

201211

Página de assinaturas 3/3 do Instrumento Particular de Escritura da 15ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em até Duas Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Testemunhas:


 Nome: MAFÍLIA PAIVA DE ALMEIDA
 Cargo: GERENTE
 CPF: 142.598.478-99


 Nome: EUCLEDIS DENIS GONÇALVES DA SILVA
 Cargo: ANALISTA
 CPF: 065.746.998-00



SECRETARIA DA FAZENDA
 JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
 DE SÃO PAULO
 DEBENTURE
 CERTIFICO O REGISTRO
 SOB O NÚMERO KÁTIA REGINA BUENO DE GODOY
 SECRETÁRIA GERAL

ED000820-5/000



JUCESP